

Por Bruna Chieco

O 14º Seminário Gestão de Investimentos nas EFPC, promovido pela Abrapp, debateu a importância dos investimentos responsáveis e governança ativa, abordando o papel das Entidades Fechadas de Previdência Complementar na transformação sustentável.

Realizado nos dias 28 e 29 de maio, em São Paulo, o evento reúne mais de 600 especialistas, gestores, dirigentes e profissionais do setor para discutir os cenários e tendências da indústria de assets e investidores institucionais global e doméstica.

Moderando o painel, Luciano Magalhães, membro da Comissão Técnica Sul de Investimentos da Abrapp, destacou que o tema sustentabilidade, especialmente no que diz respeito à questão ambiental, tem ganhado cada vez mais relevância, e há muitas iniciativas em andamento, sendo o investimento de longo prazo, especialmente na área de previdência, diretamente relacionado a esse tema.

Ele também observou que muitas entidades estão atentas a esta questão, buscando entender de que forma podem atuar e quais métricas devem ser adotadas para medir e orientar suas ações.

O consultor dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Rafael Castro, ressaltou que o investimento responsável consiste em considerar os fatores ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) tanto na decisão de investimento, quanto na gestão do portfólio.

Segundo ele, existem elementos indispensáveis à incorporação dessas questões no processo de investimento. O primeiro deles é a materialidade. “É conhecido que esses fatores impactam diretamente tanto o risco quanto o retorno dos investimentos, sendo, portanto, essencial que estejam integrados à análise e às decisões financeiras”, pontuou Castro.

Outro ponto é a crescente demanda do mercado. O consultor destacou que os participantes das entidades estão cada vez mais atentos e preocupados com o destino de seus recursos. “Hoje, nenhum investidor quer ver seu dinheiro aplicado em empresas envolvidas em irregularidades ambientais ou casos de corrupção. Essa conscientização reforça a necessidade de adotar práticas responsáveis”, alertou.

Além disso, a regulação é um fator determinante. “Está claro que a incorporação de aspectos ESG faz parte do dever fiduciário dos gestores das entidades de previdência”, pontuou, e embora essa discussão já ocorra há muito tempo, observa-se um movimento regulatório cada vez mais forte, determinando a importância de incluir esses elementos na gestão dos recursos.

Por fim, Castro enfatizou que adotar critérios ESG não implica abrir mão dos retornos financeiros. Pelo contrário: os investimentos responsáveis tendem a apresentar perspectivas melhores, uma vez que as empresas com boas práticas de governança e gestão socioambiental são, geralmente, mais sólidas e sustentáveis no longo prazo.

Engajamento das empresas - O Gerente Executivo da Diretoria de Participações Mobiliárias da Previ, Vitor Vallim Tupper, destacou que na fundação há um diretor estratégico voltado para aspectos ESG, e todos os diretores possuem metas vinculadas a esses critérios. “Inclusive, a remuneração está atrelada ao cumprimento dessas metas relacionadas ao ESG”, disse.

Ele contou como a fundação atua no engajamento das empresas que compõem seu portfólio a partir de uma análise prévia, identificando os pontos onde há oportunidades de melhoria. A partir dessa análise, a Previ consegue definir onde concentrar seus esforços de engajamento. Tupper destacou que esse trabalho precisa estar alinhado ao planejamento estratégico da entidade.

A remuneração é um dos principais pontos de atuação da Previ no engajamento com as empresas,

continuou explicando. “Hoje, observa-se que muitos conselhos de administração recebem remunerações globais muito altas, muitas vezes sem critérios claros ou detalhes. Assim, boa parte do engajamento da Previ ocorre sob a ótica da governança, especialmente em relação à política de remuneração”.

O palestrante também enfatizou que, se esse compromisso com o ESG não estivesse internalizado na própria entidade, não seria possível cobrar essa mesma postura das empresas.

Com base nos principais gaps identificados nas empresas, a Previ traça um plano de engajamento para o ano e define um foco específico de aprimoramento. Este ano, por exemplo, a meta está na redução da emissão de gases de efeito estufa.

Os engajamentos podem ocorrer de diversas formas, explicou Tupper: de maneira individual, com a Previ atuando diretamente junto à empresa; de forma coletiva, por meio de articulações com outros investidores; ou ainda por meio de indicações para conselhos.

Outra ferramenta importante para o engajamento é a participação em assembleias, que oferecem a oportunidade de registrar e expor posicionamentos relevantes. Além disso, a Previ também está presente em audiências e consultas públicas. “Nada é mais potente para transformar o mercado do que mudanças na legislação”, afirmou.

Legislação no Reino Unido - Compartilhando a experiência das entidades fechadas no Reino Unido, Alessandra Cardoso, Consultora de Investimentos na The Pensions Regulator, comentou que uma nova legislação está em desenvolvimento com o objetivo de consolidar ainda mais o sistema em busca de aumento da eficiência e melhoria dos retornos para os participantes.

Alinhar as entidades fechadas com as principais agendas do governo, como a de transição para um mundo com menor emissão de gases de efeito estufa, também entra na agenda legislativa como prioridade. Assim, há uma intenção clara de que os fundos de pensão britânicos participem ativamente da agenda ESG.

A palestrante explicou que a evolução dessa agenda no Reino Unido tem sido fortemente impulsionada pela regulação. “O debate sobre a introdução de requisitos relacionados aos fatores ESG nos investimentos das entidades fechadas começou no início dos anos 2000, quando houve uma mudança na legislação que passou a exigir atenção a esses aspectos. Desde então, esse processo só avançou”, disse.

“A expectativa para os próximos anos é que a legislação exija que as entidades fechadas elaborem e publiquem seus próprios planos de transição para uma economia de baixo carbono, reforçando ainda mais o compromisso com a agenda ESG”, comentou.

Ela destacou que essa evolução regulatória gerou uma mudança significativa de mentalidade entre os gestores, quando o órgão regulador determinou que os conselheiros deliberativos deveriam considerar não apenas aspectos subjetivos, mas também o impacto financeiro dos fatores ESG na gestão dos investimentos. Com isso, a discussão deixou de ser estritamente ética para se concentrar também nos riscos e oportunidades financeiras.

Segundo Alessandra, essa mudança transformou a maneira como os gestores no Reino Unido analisam e consideram os fatores ESG na definição de suas estratégias de investimento, promovendo uma abordagem mais estruturada e responsável.

O 14º Seminário de Investimentos nas EFPC é uma realização da Abrapp com o apoio institucional da UniAbrapp, Sindapp, ICSS e Conecta. Patrocínio Black: XP Investimentos. Patrocínio Ouro: ASA, AZ Quest, BNP Paribas Asset Management, Bradesco Asset Management, Brunel Partners, Fram Capital, HSI, Itajubá Investimentos, Mirae Asset, Sparta, SulAmérica Investimentos, Tarpon, Tivio Capital, Trígono Capital, Vinci Compass. Patrocínio Prata: 4UM Investimentos, Aberdeen Investments, BB Asset, Icatu Vanguarda. Patrocínio Bronze: Aditus, ARX Investimentos, Augme

Capital, Consepro AI, Constância Investimentos, DWS, Galapagos Capital, HMC Capital, Investo, Itaú Asset Management, Novus Capital, Opportunity, Porto Asset, Real Investor, RJI Investimentos, Safra, Santander Asset Management, Teva Indices, V8 Capital. Apoio: Bahia Asset Management, BRZ Investimentos, MAPFRE Investimentos, Pátria Investimentos.

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 29.05.2025.